

**CONTRARREFORMA DO ESTADO:
IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

SANDRA LÚCIA GONÇALVES

sandra.goncalves@ifg.edu.br. Servidora do Instituto Federal de Goiás. Brazil.

RESUMO: Considera-se neste texto a análise dos últimos acontecimentos no Brasil. Dentre estes há um destaque para o conturbado processo eleitoral, sobretudo, a eleição presidencial de 2014; as manifestações sociais de 2013, 2015 e 2016 e seus desdobramentos. Visa evidenciar a relação das medidas governamentais aprovadas via Projeto de Lei, Projetos de Lei Complementar e Projeto de Emenda à Constituição com pautas conservadoras contra jovens, mulheres e LGBTs, dentre outros. Todavia, o texto demonstra que mesmo em tempos sombrios e de acirramento das lutas sociais, verifica-se o aumento de atividade de mobilização e resistência das entidades representativas dos trabalhadores, sobretudo com a deflagração de greves, durante o ano de 2012 e potencializadas nos anos seguintes. Na pesquisa que integra as análises desenvolvidas recorreu-se às pesquisas bibliográfica e documental. Foram analisados documentos, relatórios e publicações disponibilizados por meio eletrônico e impresso.

Palavras-Chave: estado - políticas públicas - direitos

ABSTRACT: It is considered in this text the analysis of the last events in Brazil. Among these are a highlight for the troubled electoral process, especially the 2014 presidential election; the social manifestations of 2013, 2015 and 2016 and their developments. It aims to highlight the relationship of government measures approved through the Bill, Complementary Law Projects and Draft Amendment to the Constitution with conservative guidelines against youth, women and LGBTs, among others. Nonetheless, the text shows that even in dark times and the intensification of social struggles, there is an increase in the activity of mobilization and resistance of workers' representative bodies, especially with the outbreak of strikes, during 2012 and increased in the years below. In the research that integrates the developed analyzes resorted to the bibliographical and documentary researches. Documents, reports and publications made available electronically and in print were analyzed.

Keywords: state - public policy - rights

INTRODUÇÃO

Este estudo entende que a análise sobre a relação Estado, sociedade e políticas públicas, com destaque para a contrarreforma do Estado, pode ser feita a partir de diferentes perspectivas. No entanto, uma primeira aproximação ao tema exige uma rápida visita às décadas de 1980 a 1990, período que demarca o início das contrarreformas do Estado e as implicações nas políticas públicas.

Em seguida, analisa como os governos de Lula e de Dilma Rousseff deram continuidade ao projeto neoliberal com sérias implicações nas políticas sociais.

Este texto busca construir uma análise dos últimos acontecimentos no Brasil, com destaque para o conturbado processo eleitoral, sobretudo, as eleições presidenciais de 2014; as manifestações sociais de 2013, 2015 e 2016 e seus desdobramentos.

O texto aborda as medidas governamentais aprovadas via Projeto de Lei, Projetos de Lei Complementar e Projeto de Emenda à Constituição com pautas conservadoras contra jovens, mulheres e LGBTs, dentre outros. Contudo, mesmo em tempos sombrios e de acirramento das lutas sociais verifica-se o aumento de atividade de mobilização e resistência das entidades representativas dos trabalhadores, sobretudo com a deflagração de greves durante o ano de 2012 e potencializadas nos anos seguintes.

Para tanto, recorreu-se às pesquisas bibliográfica, documental e empírica. Foram analisados documentos, relatórios e publicações disponibilizados por meio eletrônico e impresso.

1. Décadas de 1980 e 1990: neoliberalismo e implicações nas políticas públicas

As décadas de 1980 e 1990 caracterizaram-se por alterações fundamentais na forma e na atuação do Estado, resultantes dos desdobramentos assumidos pelas relações sociais capitalistas, consubstanciadas pelo neoliberalismo¹. A emergência de novos mecanismos e formas de gestão, ao redirecionar as políticas públicas, possibilitou novos elementos às análises no campo da relação entre Estado, sociedade e políticas sociais, desvelando prioridades e compromissos no escopo da materialidade de tais políticas, em especial, as políticas públicas de educação e saúde.

¹ Parte do conteúdo deste artigo são fragmentos da dissertação de minha autoria, defendida em 30 de junho de 2014.

Depreende-se que a discussão do papel do Estado está inserida no contexto de transformações mundiais com destaque para processos econômico-políticos tais como a reestruturação produtiva, a mundialização e o neoliberalismo. Estes processos configuram-se como macroestratégias “na tentativa de retomada de taxas de lucro nos níveis dos anos dourados do capital, posterior à segunda guerra mundial e são considerados as linhas gerais de uma verdadeira contrarreforma” com impactos relevantes no mundo do trabalho e nas políticas sociais (Behring, 2008, p. 58-59).

No Brasil, a partir da década de 1990, o ajuste neoliberal redefiniu as funções do Estado com sérias implicações para os Estados nacionais e, sobretudo, para as políticas sociais. Na análise de Behring (2008), o capitalismo contemporâneo passou a requisitar à esfera estatal um conjunto de ações e políticas para obtenção de maior atratividade, adaptabilidade, flexibilidade e competitividade.

Nesse contexto, as políticas sociais passam a ser caracterizadas por um discurso ideológico, afinado com o ideário do neoliberalismo. São

paternalistas, geradoras de desequilíbrio, de custo excessivo de trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político, vai se configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (Behring, 2008, p. 64).

Para a autora, existem outras implicações da ofensiva neoliberal e da reforma do Estado sobre a política social:

deve-se considerar também que a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização induzida nesse terreno. Contribuindo para a mercantilização e a transformação de políticas sociais em negócios, o que expressa processo mais amplo de supercapitalização (...), tendo em vista a rentabilidade do capital (Behring, 2008, p. 64).

A concretização desses traços nas políticas públicas ocasionou o esvaziamento do setor público e, por conseguinte, o desmantelamento de seus serviços sociais que, além disso, fizeram-se acompanhar por um retrocesso histórico, qual seja, “o retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como agentes do bem-estar social”. Essa situação implicou a renúncia explícita do papel do Estado em assumir sua responsabilidade na prestação de serviços sociais, sobretudo, na área da saúde e na política de educação, trabalho, assistência social, dentre outros, desregulamentando e flexibilizando os princípios e diretrizes constitucionais (Soares, 2009, p. 79).

Portanto, o processo, comumente denominado “reforma” do Estado, nos termos de Behring (2008), configura-se como uma verdadeira contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo dos direitos sociais e trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora.

Assim, ao delinear os principais aspectos da contrarreforma e capturar as mediações que a possibilitam, Behring (2008 a, p. 234) afirma que, nesse período, esteve-se “diante de uma contrarreforma do Estado no Brasil, de natureza destrutiva, antinacional, antipopular e antidemocrática”.

2. A Era Lulismo e os mandatos de Dilma Rousseff: continuidades em busca do consenso

Nos anos de 2000 os governantes que pleitearam a representação dos chamados setores progressistas da sociedade chegaram ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e a defesa do desenvolvimento nacional. Tal movimento culminou com eleições parlamentares que levaram ao poder governos de esquerda e centro-esquerda em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela.

No Brasil, na era Lula, verificou-se um movimento de conciliações mediante as demandas e/ou interesses apresentados pelos setores/segmentos que compõem a estrutura social, econômica e política da realidade brasileira. De um lado, atendeu aos interesses da classe dominante, vinculadas ao capital bancário e financeiro nacional e internacional e às atividades produtivas de exportação (sobretudo mineração, agroindústria e agronegócio). De outro, contemplou parte das demandas reivindicadas pela classe trabalhadora composta por segmentos assalariados. A esse respeito, Mota (2012, p. 35) esclarece que:

na primeira etapa do seu mandato foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação, concomitante ao aumento das taxas de juros; enquanto no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo (Mota, 2012, p. 35).

Assim, um conjunto de medidas adotadas revelou que a política do governo Lula garantiria os interesses dos trabalhadores, do capital produtivo e do financeiro, sem mexer nas estruturas da sociedade brasileira. Nos termos de Boulos (2015, p.10), foi “o modelo do ganha-ganha: todos ganham e ninguém perde”.

Ao optar pelo presidencialismo de coalizão, o governo assumiu as consequências do referido sistema: atender aos interesses provenientes das alianças político-partidárias, em detrimento de uma agenda progressista para as políticas públicas.

Esse combinado de ações permitiu ao Partido dos Trabalhadores (PT) a manutenção do apoio popular até 2012. Todavia, a partir de então, assiste-se ao enfraquecimento do consenso petista que foi se expressando progressivamente. Essa situação ficou evidenciada, em 2012, quando o número de greves bateu o recorde histórico². Em 2012, somaram-se 873 e em 2013 foram contabilizadas 10.800 greves (Mattos, 2016).

No que tange às manifestações de junho de 2013, as análises indicam que houve uma ruptura e/ou distanciamento da sociedade com os partidos políticos, principalmente com aqueles ditos de esquerda. Há que se ressaltar que o descontentamento não se restringiu a esses partidos políticos, mas também com as medidas adotadas pelo governo federal e estaduais, no que se refere aos temas tais como: aumento da tarifa do transporte público, caos na saúde pública, precarização das universidades públicas, a exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, aumento significativo da violência, os gastos públicos com as olimpíadas, reforma política, democracia, entre outros.

Sob esse cenário, em 2014, Dilma Rousseff foi reeleita para comandar o país por mais quatro anos, com mandato até 2018. Entretanto, um conjunto de fatores concorreu para o desgaste do Governo Dilma na conjuntura eleitoral de 2014³. Dentre os fatores sociopolíticos, são destacados: os impactos dos protestos de junho de 2013, as denúncias e evidências de corrupção na Petrobrás.

A esse respeito, teóricos como Boulos (2015), Singer (2016), Barbosa (2015) e Almeida (2015) apontam outro elemento que, de alguma forma, contribuiu para o agravamento da crise e do desgaste do governo Dilma: a resposta depois da eleição. Trata-se de um conjunto de medidas antipopulares que configurou como uma traição das suas promessas de campanha, ao fazer o contrário do que prometeu: recessão; diminuição da renda; desemprego; carestia em geral; tarifaço; privatizações; aumento de impostos; quebra de direitos trabalhistas e previdenciários; grandes cortes no orçamento atingindo as políticas

² Mattos (2016, p. 95-96) informa que logo após as jornadas, “estouraram greves de profissionais da educação pública em diversos Estados do país, cuja forma muito se inspirou em junho, com a ocupação das ruas como táticas principais [...]. Ir para a rua foi a tática de outras greves, como a dos garis. Assim como foram muitas greves de trabalhadores da construção civil, especialmente nas obras de estádios da Copa do Mundo e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), antes e depois de junho”.

³ A disputa entre Dilma e Aécio foi extremamente polarizada. Durante e posterior à eleição, os setores mais conservadores propagaram discursos racistas, antipopulares e de ódio aos pobres.

sociais. Aos poucos, alguns movimentos sociais e lideranças do PT afastaram-se do governo, abrindo caminho para a ofensiva crescente da direita com bandeiras ultraconservadoras.

Assim, o impeachment⁴ de Dilma marca o colapso do ciclo de lutas anteriores, a ascensão do conservadorismo e o aprofundamento e aceleração de medidas que visam retirar direitos da classe trabalhadora, conforme temos visto a cada semana, desde que Michel Temer assumiu o Palácio do Planalto.

Neste sentido, o que se viu foi a continuidade da contrarreforma do Estado com sérias implicações para as políticas públicas, iniciada na década de 1990, que se repetiu na Era Lula com algumas particularidades.

3. A Onda conservadora: ataque aos direitos dos trabalhadores

O golpe de Estado deflagrado na sociedade brasileira após as eleições de 2014, que levou ao governo Michel Temer (PMDB/PSDB/DEM) em 2016, compõe este conjunto de respostas à crise estrutural do capitalismo internacional.

Além dessas respostas, o golpe configurou-se como um ataque à democracia brasileira. Na opinião de Gomes (2016), outros interesses estavam em jogo:

primeiro, foi da banda podre da nossa política, que desejava obstruir a justiça barrando a operação Lava Jato, operação essa que revela as entranhas da corrupção no Brasil. O segundo se destina a reter todos os recursos destinados aos direitos sociais para colocá-los a serviço do pagamento dos juros da dívida pública. Neste caso estão, por exemplo, o tabelamento dos gastos com saúde e educação, que evidentemente afetarão a vida da grande massa da população brasileira (...). E, por fim, está o terceiro, que é motivado pela tentativa de destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro (Gomes, 2016, p. 40).

O atual cenário político brasileiro é desolador, pois, desde a instalação do governo ilegítimo de Michel Temer, experimentamos uma amarga experiência de um golpe, que se desdobra em acontecimentos que reforçam a retomada de agendas conservadoras com sérios riscos à democracia e ao Estado de direito. O governo, juntamente com o congresso, avança o mais rápido que pode na agenda de retrocessos. Na calada da noite ocorrem votações e aprovações de medidas provisórias e de emendas sem o devido tempo de debate e de

⁴ O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso encerrou-se em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma.

participação da sociedade. Além disso, os jantares no Palácio da Alvorada aos deputados aliados são cada vez mais frequentes. É a estratégia utilizada pelo governo federal para angariar e/ou negociar o apoio e votos para os temas mais polêmicos, como a definição/aprovação da contrarreforma da Previdência.

Os duros ataques aos direitos e conquistas sociais “ocorrem numa conjuntura de crescimento do desemprego em todo o país, chegando, no presente momento, a 14 milhões de desempregados, além de um enorme contingente de pessoas vivendo nas atividades informais” (Siqueira, 2017, p. 73).

As medidas governamentais aprovadas via Projeto de Lei, Medidas Provisórias, Projetos de Lei Complementar e Projeto de Emenda à Constituição configuram-se como conservadores e atingem, prioritariamente os jovens, mulheres⁵ e LGBTs⁶ e, de forma geral, toda a classe trabalhadora. As mulheres, contudo, serão as mais prejudicadas caso sejam aprovadas as propostas do governo, como a contrarreforma da previdência e outras pautas polêmicas como as que atingem o debate sobre o aborto.

Em 2015, assistiu-se a uma avalanche de projetos de leis que ameaçaram os direitos já conquistados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394/96, com destaque para o PL 867, com certeza o mais polêmico, que modifica a LDB 9.394/96 para incluir o Programa Escola Sem Partido.

O referido PL está na contramão dos princípios constitucionais, pois fere a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, assim como o da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, conforme Art. 206 (Brasil, 1988). Essa violação ocorre, pois o movimento Escola em Partido posiciona-se contra a liberdade de expressão dos docentes em sala de aula; visa restringir o ensino crítico e banir as discussões sobre gênero em sala de aula.

Os setores conservadores, proponentes dos referidos PLs, são congressistas e representam os interesses da bancada evangélica, dos ruralistas, dos setores privatistas da educação e demais bancadas fundamentalistas. No confronto legislativo têm conseguido aprovar um conjunto de medidas reacionárias. Esses setores e, por conseguinte, o movimento Escola sem Partido, não têm como alvo apenas as questões de gênero, mas qualquer tipo de

⁵ Projetos de leis tramitam no Congresso com um viés claramente conservador, que atentam contra a liberdade das mulheres decidirem sobre suas vidas. O caso do Estatuto do Nascituro, Projeto de Lei 478/2007, que prevê a proibição do aborto em caso de estupro e a previsão da “bolsa-estupro” às mulheres que engravidam em face da agressão. Este estatuto é considerado o maior atentado aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

⁶ PL 6583/2013, que reporta à instituição do estatuto da família, significando um grande retrocesso para os grupos LGBTs.

política, projeto e programas mais progressistas e de enfrentamento das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Defendem uma educação acrítica, apolítica, contra as cotas sociais e raciais e, sobretudo, opõem-se a qualquer forma de participação que defenda os princípios democráticos, pois são reativos a mudanças. O movimento Escola Sem Partido é composto por segmentos que proferem, em tom de voz elevada, ou seja, com gritos, frases de cunhos retrógrados, a exemplo da volta da ditadura militar, com a justificativa de que esse regime poderá acabar e/ou estancar com a corrupção endêmica que assola o país. Esse posicionamento impede uma análise aprofundada da questão social que expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Assim, o golpe do impeachment ocorrido no Brasil, demonstra a ascensão do conservadorismo alimentado e retroalimentado pela elite patriarcal e privatista. Esse cenário da realidade brasileira traz profundas implicações para a sociabilidade, pois constata-se, além dos ataques às políticas públicas, uma forte incitação à violência e ódio contra feministas, população LGBT, ativistas de movimentos sociais e de Direitos Humanos.

Ainda no que tange especificamente à educação, outro grande ataque ocorreu por meio da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio, rompendo com os princípios da formação unitária, do ensino politécnico e da educação tecnológica.

Sem dúvida, a aplicação das contrarreformas tem provocado o desmonte progressivo dos serviços públicos e avançado na implementação de políticas públicas focalizadas, residuais, em detrimento das políticas universais. A aprovação da Emenda Constitucional 95 (que estabelece a contenção dos investimentos públicos da União por vinte anos), em 15 de dezembro de 2016, com o objetivo de intensificar o pagamento de juros ao sistema da dívida pública, surge como a mais avassaladora onda de ataques aos direitos, pois atinge diretamente os investimentos⁷ públicos direcionados às políticas sociais. Atingirá, sobretudo, os gastos com o funcionalismo público, o congelamento de salários, a suspensão de concursos públicos, o fim da estabilidade, entre outros direitos dos servidores públicos federais, acelerando, dessa forma, o desmonte do serviço público, gratuito, universal e de qualidade.

⁷ Hoje, com a promulgação da EC 95, a margem de disputa pelos recursos do fundo público em favor do trabalho tende a ser nula. Os gastos com as políticas sociais ficarão congelados pelos próximos vinte anos e só serão reajustados nominalmente de acordo com o índice inflacionário (IPCA) do ano anterior, desconsiderando as taxas demográficas e de crescimento do PIB e do próprio orçamento. Isto significa que, em termos reais, haverá uma vertiginosa queda nas verbas para as políticas (Castelo, 2017, p.67).

Em sequência, os ataques à CLT, com a aprovação da Lei de Terceirização e da Reforma Trabalhista, ambas já em vigor. No que tange à Terceirização, a saúde pública e as universidades federais foram as mais atingidas. Em relação à primeira, ocorre a transferência de recursos públicos e de serviços essenciais sob a responsabilidade do Estado para as empresas privadas denominadas de Organizações Sociais (OSs). Em relação às universidades federais, criou-se a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)⁸.

Em relação à Reforma Trabalhista, verifica-se alteração de forma regressiva do ordenamento jurídico nacional em torno da relação capital x trabalho. As mudanças que entraram em vigor em novembro de 2017 precarizam as relações de trabalho, enfraquecem os trabalhadores e trabalhadoras para a luta e a resistência em prol dos direitos.

Dentre as mudanças, merece destaque o fato dos acordos coletivos passarem a ter força de lei, sendo que o negociado vai prevalecer ao legislado. Outro ponto a ser destacado é o fim da contribuição sindical.

Agora, encontra-se na ordem do dia do Congresso Nacional o debate sobre a contrarreforma da Previdência.

A contrarreforma da Previdência atingirá toda a classe trabalhadora, porém a juventude, sem sombra de dúvida, será penalizada e sem perspectivas futuras de ingresso no mercado de trabalho, senão em piores condições que a atual geração. As mulheres também serão afetadas em vários aspectos no que se refere à previdência social, aumentando o tempo de permanência no trabalho para obterem o direito à aposentadoria. O governo tem ignorado as duplas ou triplas jornadas de trabalho, num contexto em que se encontram responsáveis pela dedicação maior de horas para o trabalho doméstico não remunerado, igualando a idade de aposentadoria aos 65 anos para homens e mulheres em qualquer atividade ou profissão e extinguindo a aposentadoria especial para professoras/es da educação básica.

4. Lutas e resistências: a classe trabalhadora contra os ataques e retrocessos dos direitos sociais

Neste sentido, a classe trabalhadora tem reagido com lutas e resistências aos projetos antipopular e antidemocrático representados pelo atual governo.

Em nível internacional, no ano de 2011, ocorreu uma explosão de manifestações⁹ que

⁸ Criada pela Lei nº 12.550/2011, é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação (DRUCK, 2017, p. 78).

⁹ Registra-se o Movimento 12 de Março ou Geração à Rasca, em Portugal, o M15M, Movimento 15 de Março ou Movimento dos Indignados, na Espanha, e o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, que surgem no bojo da aguda crise financeira que atinge o núcleo orgânico do capitalismo global desde 2008. Esses impulsionaram a Primavera Árabe e derrubaram governos na Tunísia e no Egito (ALVES, 2012, p. 31).

há muito não se viam: “uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais, de protestos com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua” (CARNEIRO, 2012, p. 7).

Neste contexto, há também um movimento organizativo, em âmbito nacional, contra os ataques empreendidos pelo governo de Michel Temer no conjunto das políticas públicas brasileiras. A desregulamentação e perda de direitos sociais em todas as esferas: na cultura, na educação, na área ambiental e nos direitos trabalhistas começam a ter uma série de desdobramentos; as manifestações se ampliam e se tornam cada vez mais tensas e intensas.

No Brasil, a juventude protagonizou os protestos que começaram contra a alta nas tarifas de ônibus e metrô que tomaram o país em junho de 2013. Logo no início dos protestos ocorreu a polarização¹⁰. Nas redes sociais a polarização ocorre entre “coxinhas e os mortadelas”. Sendo os primeiros considerados os de direita e os segundos contra as pessoas de esquerda. O Movimento Brasil Livre (MBL) assumiu a liderança daquele que se tornaria o movimento pró-impeachment nos anos seguintes.

Além da participação dos segmentos de direita, sobretudo naquelas que ocorreram na cidade de São Paulo, estiveram presentes três outros tipos de manifestantes que, segundo Chauí (2016), vieram diretamente da nova classe trabalhadora: entre os estudantes, muitos vindos do ProUni, do Reuni e das Cotas nas universidades públicas e, entre os jovens, uma parte veio dos movimentos populares das periferias e das favelas e, por fim, “uma parcela que integra grupos de anônimos (como os chamados *black blocs*), cuja composição é fluida e inclui estudantes das periferias e das favelas, jovens trabalhadores “precários” e estudantes de classe média (CHAUI, 2016, p. 22).

Além das manifestações, formaram-se duas frentes de luta e resistência denominadas Frente Brasil Popular, Frente Brasil sem Medo, de iniciativas dos partidos e parlamentares de esquerda na busca por unidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contrarreformas empreendidas em um período marcado pelas políticas neoliberais representaram um ataque às políticas públicas, sobretudo às políticas educacionais e à

¹⁰ Chauí (2016, p. 21) esclarece as possíveis razões para essa polarização, ao citar Carlos Pissardo: “[...] na cidade de São Paulo, as manifestações de junho de 2013 foram majoritariamente de classe média porque, de fato, essa classe média, ao ter sido menos favorecida do que a classe trabalhadora pelos programas sociais do governo Lula, sente-se descontente, uma vez que deseja manter os padrões tradicionais de vida e consumo [...] sentindo-se ameaçada com o surgimento da nova classe trabalhadora”. Isso explicaria porque houve conflitos e disputas entre os manifestantes, uma parte com posições à esquerda e outra, à direita.

seguridade social proclamada pela Constituição Federal de 1988. Em vez de fortalecerem as instituições públicas que garantem o acesso aos direitos conquistados, custeada pelo Estado, privilegiaram a partilha com as instituições privadas com fins lucrativos, com o sistema financeiro rentista.

Neste sentido, constatou-se que as contrarreformas implementadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff basearam-se em uma escolha pelo projeto neoliberal, primando pela privatização dos bens públicos e pela redução do papel do Estado.

Assim, ao analisar a ofensiva neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990, contou-se a redefinição das funções do Estado com sérias implicações para os Estados nacionais e, sobretudo, para as políticas sociais. Nesse contexto, as políticas públicas, materialização da intervenção estatal, passam a ter caráter essencialmente focalista e residual, ocorrendo gradativamente o abandono da garantia dos direitos universais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, J. (2016). Contribuição para entender a crise atual no Brasil. In: *Crítica Marxista*, 42. São Paulo.

Alves, G. (2012). Ocupar Wall Street... e depois? . In: *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

Barbosa, W. (2015). *O atual período e conjuntura da luta de classes no Brasil*. Disponível em <http://www.ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/estudos/analise_de_conjuntura.pdf>. Acesso: 10 nov. 2017.

Behring, E. R. (2008). *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.

Boulos, G. (2015). *De que lado você está?: reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil*. São Paulo. Boitempo.

Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso: 01 nov. 2017.

Brasil. *Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de

Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso: 01 nov. 2017.

Brasil. *Projeto de Lei n. 867, de 2015*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso: 01 nov. 2017.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Emenda Constitucional nº 95, de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. In: *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso: 01 nov. 2017.

Carneiro, H. S. (2012). Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

Castelo, R. (2017). Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. In: *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, 60: 72-86.

Chaui, M. (2016). A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. André Singer [et. Al]. São Paulo: Boitempo.

Druck, G. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: *O avesso do trabalho IV: terceirização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo. Outras Expressões, 2017.

Gomes, C. (2016). Por que o golpe acontece? In: Singer, A. et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Gonçalves, S. L. (2014). *A expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: implicações nas relações e condições de trabalho no IFG*. Dissertação de Mestrado. PUC. Goiânia, 2014.

Marx, K. (1983). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural.

Mattos, M. B. (2016). De Junho de 2013 a junho de 2015: o sentido da “nova direita” brasileira. In: *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad.

Mota, A. E. (2012). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo. Cortez.

Singer, A. (2016). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. André Singer [et. al]. São Paulo: Boitempo.

Siqueira, M. M. A contrarreforma da Previdência do governo Temer e os retrocessos na vida das mulheres trabalhadoras. In: *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, n. 60, p. 72-86. 2017.

Soares, L. T. (2009). *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 3. ed. São Paulo: Cortez.